

Adoção de tecnologias na bananicultura do subgrupo Prata na microrregião Litoral Sul do Espírito Santo

Abel Lopes Costa¹*, Otacílio José Passos Rangel², Edileuza Aparecida Vital Galeano¹, Alciro Lamão Lazzarini¹, Carlos Antônio de Melo¹, Danilo Biancardi Ceccon¹, Hanny Heni Slany Pereira¹, João Medeiros Neto¹, Paulo Cesar Domingues¹, Paulo Esteves Fraga Rodrigues¹

¹Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). ²Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes Campus de Alegre). *abel.costa@incaper.es.gov.br

A adoção de tecnologias adaptadas à realidade da agricultura familiar é fundamental para a sustentabilidade da bananicultura regional. Este estudo teve como objetivo diagnosticar as principais tecnologias adotadas por produtores de banana do subgrupo Prata na microrregião Litoral Sul do Espírito Santo, identificando seus possíveis impactos na produtividade. O recorte analítico compõe os municípios de maior representatividade na região: Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha e Rio Novo do Sul. Para isso, foram aplicados questionários estruturados a 66 produtores, abrangendo aspectos como manejo do solo, irrigação, nutrição de plantas, tratos culturais e controle fitossanitário. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva. Os resultados evidenciam uma adoção parcial das tecnologias recomendadas para o cultivo da bananeira do subgrupo Prata. Em relação à fertilidade do solo, observouse que 81,8% dos agricultores utilizam adubação mineral, enquanto apenas 25,8% realizam análise química do solo e nenhum produtor realiza análise foliar, ferramentas essenciais para o diagnóstico da fertilidade e monitoramento da nutrição. A calagem foi reportada por apenas 21 agricultores, o que representa baixa atenção à correção da acidez do solo, comum na região. Por outro lado, a adubação orgânica foi citada por 40 produtores, demonstrando certa inclinação para esta prática. No entanto, menos da metade dos entrevistados reconhecem adotar práticas de conservação do solo. Quanto ao material propagativo, 69,7% realizam a limpeza das mudas, prática fundamental para evitar a disseminação de patógenos. Contudo, 90,9% das mudas são oriundas do próprio campo, o que aumenta o risco de disseminação de doenças e reduz o potencial genético. Apenas 9,1% utilizam mudas de cultura de tecido, e nenhum produtor relatou o uso de mudas de viveiros certificados. A irrigação ainda é pouco adotada: apenas 19,7% dos agricultores utilizam essa tecnologia, todos por meio do sistema de microaspersão. A análise da produtividade revelou que os produtores irrigantes apresentam rendimento médio 35% superior aos não irrigantes, além de menor variabilidade, o que sugere maior estabilidade produtiva associada à irrigação. Quanto aos tratos culturais, práticas como capina química (81,8%), desfolha (95,5%) e corte do coração (83,3%) são amplamente adotadas. A desbrota é realizada por todos os produtores. Contudo, nenhuma propriedade realiza o ensacamento dos frutos, o que compromete a sanidade e a qualidade das bananas. Quanto aos problemas fitossanitários, a broca do rizoma (77,3%) e a Sigatoka-amarela (62,1%) foram os mais citados. Apesar disso, apenas 54,5% dos produtores afirmaram adotar alguma forma de controle de pragas e doenças, com predomínio do controle químico. De forma geral, observou-se que práticas convencionais ainda predominam e a adoção de tecnologias modernas é baixa, especialmente no que diz respeito ao manejo nutricional, fitossanitário e à irrigação. Essa realidade reflete a necessidade de ações de extensão que incentivem o acesso a tecnologias apropriadas. Conclui-se que há um descompasso entre as práticas realizadas e as recomendações técnicas para a bananicultura do subgrupo Prata na região estudada. A baixa adoção de tecnologias influencia diretamente os índices de produtividade observados, reforçando a importância de investimentos em assistência técnica com foco na adoção de tecnologias mais eficientes.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Musa spp.; Produtividade.

Agradecimentos: À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), pelo financiamento do projeto (Nº 830/2024 - P: 2024-FZ2BT).